



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA SOB A PERSPECTIVA DA LGPD E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Maria Fernanda Marcelino Giraldelel¹, Welington Júnior Jorge Manzato²,

¹Acadêmica do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. Giraldelel.mafer@gmail.com

²Orientador, Mestre, Docente no Curso de Direito, UNICESUMAR. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. welington.jorge@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma o uso da Inteligência Artificial (IA) impacta a privacidade e a proteção de dados pessoais sob a perspectiva da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e dos direitos da personalidade. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental, envolvendo doutrina, artigos científicos, legislações, pareceres e decisões judiciais pertinentes ao tema. Serão considerados autores como Rodrigo Dias de Pinho Gomes (2024), Ruth Guerreiro (2022), Marcelo Negri Soares e Welington Manzato (2024), cujas contribuições subsidiam a discussão sobre privacidade, dignidade da pessoa humana, responsabilidade civil e autodeterminação informativa. A análise se concentrará em aspectos como legítimo interesse, transparência, segurança e responsabilidade no tratamento de dados pessoais por sistemas de IA, bem como nos riscos relacionados à discriminação algorítmica e à automação de decisões. Espera-se que com o presente trabalho seja possível contribuir para o debate acadêmico e prático acerca do equilíbrio entre inovação tecnológica e proteção dos direitos fundamentais, apontando caminhos para a adoção de práticas éticas e responsáveis no uso da IA, bem como para o aprimoramento dos instrumentos jurídicos destinados à salvaguarda da privacidade e dos direitos da personalidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos da Personalidade; Proteção de Dados; Responsabilidade Civil; Segurança Jurídica.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se a relevância de diversos fatores que influenciam, de forma positiva ou negativa, o tratamento de dados pessoais e a preservação da privacidade dos indivíduos, especialmente diante da crescente utilização de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) para coleta, análise e tomada de decisões de forma automatizada. Tais práticas envolvem questões jurídicas, éticas e sociais, que afetam diretamente os direitos da personalidade e a autodeterminação informativa dos titulares dos dados (Guerreiro, 2022).

Contudo, parte significativa das análises normativas e doutrinárias ainda aborda a proteção de dados de maneira homogênea, como se todos os agentes e contextos de tratamento fossem equivalentes, desconsiderando as especificidades e riscos adicionais trazidos pela IA. Essa abordagem pode comprometer a eficácia dos mecanismos de proteção previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), gerando insegurança jurídica e dificuldades para a efetivação dos direitos dos titulares (Gomes, 2024).

A comprovação dessa realidade está nos desafios enfrentados por instituições públicas e privadas para implementar medidas de governança adequadas e garantir transparência, segurança e responsabilidade no tratamento automatizado de informações. Além disso, a legislação brasileira, embora estabeleça princípios relevantes, ainda apresenta limitações para acompanhar a velocidade dos avanços tecnológicos, exigindo interpretações mais rigorosas e instrumentos complementares para a proteção dos dados pessoais (Soares; Manzato; Menezes, 2024).

Destaca-se, então, a relevância de compreender os impactos da IA sobre a privacidade e os direitos da personalidade, por possibilitar a identificação de estratégias



jurídicas e regulatórias que assegurem maior segurança aos titulares dos dados e maior previsibilidade aos agentes de tratamento. Surge, assim, a seguinte questão central: em que medida a aplicação da LGPD é capaz de oferecer proteção jurídica eficaz frente aos riscos decorrentes do uso da IA no tratamento de dados pessoais?

Neste contexto, torna-se necessário analisar, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, os limites e deveres impostos pela LGPD, bem como os desafios de sua aplicação em cenários de inovação acelerada. Tal análise permitirá refletir sobre temas como legítimo interesse, transparência, segurança e responsabilidade no tratamento de dados por sistemas de IA, além de examinar riscos relacionados à discriminação algorítmica e à automação de decisões (Guerreiro, 2022).

Gomes (2024) destaca a existência de diversas abordagens para análise jurídica da proteção de dados pessoais frente ao uso da Inteligência Artificial, que apresentam diferentes perspectivas sobre a aplicação da LGPD e a efetividade dos direitos da personalidade. Entretanto, entre as abordagens existentes, elegeu-se para este estudo a perspectiva de interpretação sistemática da LGPD, considerando seus princípios, deveres dos agentes de tratamento e mecanismos de responsabilização, devido à sua relevância, confiabilidade e aplicabilidade prática para avaliar os impactos da IA sobre a privacidade e a proteção de dados pessoais no Brasil.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando revisão bibliográfica e documental como método principal. Serão analisados livros, artigos acadêmicos, legislações, pareceres e decisões judiciais relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à Inteligência Artificial e aos direitos da personalidade, buscando compreender como o tratamento automatizado de dados pessoais pode impactar a privacidade, a autodeterminação informativa e outros direitos fundamentais.

O presente trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando revisão bibliográfica e documental como método principal. Serão analisados livros, artigos acadêmicos, legislações, pareceres e decisões judiciais relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à Inteligência Artificial e aos direitos da personalidade, buscando compreender como o tratamento automatizado de dados pessoais pode impactar a privacidade, a autodeterminação informativa e outros direitos fundamentais.

O universo da pesquisa abrangerá a produção doutrinária, legislativa e jurisprudencial mais relevante sobre o tema, com seleção intencional dos materiais mais atuais e pertinentes para garantir consistência teórica e prática. A coleta de dados será realizada por meio da leitura crítica e interpretação dos textos selecionados, considerando os princípios legais de transparência, segurança, responsabilidade e legítimo interesse, bem como os riscos decorrentes da automação de decisões e da discriminação algorítmica.

A análise será realizada com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo sistematizar as informações e identificar padrões, lacunas e desafios na aplicação da LGPD frente ao uso da IA, especialmente no que se refere à proteção dos direitos da personalidade dos titulares de dados (Méo; Boulos, 2021). Serão examinadas questões relacionadas à responsabilização dos agentes de tratamento, à governança em sistemas inteligentes e à efetividade das sanções previstas pela legislação (Gomes; Guerreiro; Vilenky, 2024).

Espera-se que, com o presente estudo, seja possível compreender os limites, deveres e responsabilidades dos agentes de tratamento de dados, avaliar a efetividade da LGPD na proteção dos direitos da personalidade e oferecer subsídios teóricos e práticos



para aprimorar a segurança jurídica e a proteção de dados pessoais no Brasil diante da expansão da Inteligência Artificial (Soares; Manzato; Cugula, 2024).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que o presente estudo evidencie que o uso da Inteligência Artificial para tratamento de dados pessoais impacta significativamente os direitos da personalidade, especialmente no que se refere à privacidade e à autodeterminação informativa dos titulares (Soares; Manzato; Menezes, 2024). A análise dos materiais selecionados deverá indicar que, embora a LGPD estabeleça princípios e mecanismos de proteção robustos, sua aplicação prática enfrenta desafios diante da complexidade e velocidade dos sistemas de IA, incluindo riscos de discriminação algorítmica, violação de privacidade e automação de decisões em setores sensíveis como saúde, segurança pública e relações de consumo (Guerreiro, 2022; Gomes, 2024).

Além disso, espera-se que o estudo demonstre a necessidade de medidas complementares, como políticas de compliance, auditorias periódicas e fiscalização contínua, bem como a interpretação cuidadosa do legítimo interesse à luz dos princípios de proteção de dados e da dignidade da pessoa humana (Méo; Boulos, 2021; Soares; Manzato; Cugula, 2024). A pesquisa deverá fornecer subsídios teóricos e práticos que orientem a formulação de políticas públicas e normativas adicionais, contribuindo para que o desenvolvimento da Inteligência Artificial ocorra de forma ética, responsável e em conformidade com os direitos fundamentais no Brasil (Gomes; Guerreiro; Vilenky, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos da Inteligência Artificial no tratamento de dados pessoais, destacando a necessidade de conciliar o avanço tecnológico com a proteção dos direitos fundamentais. Espera-se que a pesquisa contribua para uma compreensão mais ampla dos desafios relacionados à privacidade, à segurança da informação e à autodeterminação informativa dos titulares de dados, promovendo uma visão crítica sobre a aplicação da LGPD no contexto contemporâneo.

Além disso, observa-se a importância de fortalecer mecanismos de governança, compliance e fiscalização, bem como de interpretar criteriosamente os princípios legais, como o legítimo interesse, para assegurar a proteção efetiva dos direitos fundamentais dos titulares de dados (Soares; Manzato; Cugula, 2024).

Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam subsídios teóricos e práticos para profissionais da área jurídica, órgãos reguladores e instituições que atuam com tratamento de dados, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas e normativas complementares que assegurem o uso ético e responsável da Inteligência Artificial no Brasil (Méo; Boulos, 2021; Vilenky, 2021).

REFERÊNCIAS

GOMES, Rodrigo Dias de Pinho. **Legítimos interesses na LGPD**: trajetória, consolidação e critérios de aplicação. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

GUERREIRO, Ruth. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: comentada artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

GUERREIRO, Ruth. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**: comentada artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.



SOARES, Marcelo Negri; MANZATO, Welington Jorge; MENEZES, Geovani Ramos. Inteligência Artificial, Direitos Autorais e Precarização: o impacto das novas tecnologias na docência em IES à luz dos direitos da personalidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 12, n. 2, p. 296-316, 2024. Disponível em: <https://interfacescientificas.seer.ufs.br>. Acesso em: 19 setembro 2025.

SOARES, Marcelo Negri; MANZATO, Welington Jorge; CUGULA, Mariana. Direitos da personalidade e inteligência artificial: a segurança jurídica frente à automação de decisões. **Revista de Direito, Tecnologia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 50-72, 2024.

VILENKY, Samuel. **Inteligência Artificial e Sociedade**: reflexões contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Editora dos Professores, 2021.

MÉO, Rodrigo Amaral Paula de; BOULOS, Henrique Maciel. A Lei geral de proteção de dados (Lei 13.709/2018) e a administração pública: desafios na aplicação. In: TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo (coord.). **A Lei geral de proteção de dados brasileira**. São Paulo: Almedina, 2021. v. 1, p. 67-93.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). *Diário Oficial da União: Brasília*, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 20 setembro 2025.